

O INDIVIDUALISMO NA ORIGEM DO ROMANCE: UMA RELAÇÃO ENTRE LITERATURA E FILOSOFIA

Rodrigo Mota

Faculdade Raimundo Marinho, Brasil

orcid.org/0000-0003-2627-3608

RESUMO: O individualismo é reconhecido por vários autores como característica singular da modernidade. A influência de tal ideologia na literatura reflete bem o seu poder e ilustra sua disseminação. O objetivo deste trabalho é demonstrar como a literatura manifesta a filosofia do seu tempo e, mais especificamente, compreender como o romance serviu para revelar e difundir essa ideia de um indivíduo autônomo e independente da sociedade, espelhando essa novidade, eternizando-se como verdadeiro instantâneo de um processo social que ainda se faz presente nos tempos atuais. Discutirei o tratamento do crítico literário britânico Ian Watt sobre a relação entre o individualismo e o romance, buscando por esse caminho entender um pouco mais a origem e a popularização desse novo tipo de sujeito típico da modernidade. Veremos como essa relação reflete uma estreita ligação entre a literatura e a filosofia de uma época; se não uma relação causal, ao menos como dois efeitos da difusão de uma ideia nas mentes de um período.

PALAVRAS-CHAVE: Romance. Filosofia e Literatura. Individualismo. Watt. Defoe.

INDIVIDUALISM ON THE ORIGIN OF THE NOVEL: A LINK BETWEEN LITERATURE AND PHILOSOPHY

ABSTRACT: Individualism is recognized by several authors as a singular characteristic of modernity. The influence of this ideology on literature reflects its power and illustrates its dissemination. The aim of this paper is to demonstrate how literature manifests the philosophy of its time and, more specifically, to understand how the novel served to reveal and disseminate this idea of an autonomous individual independent of society, mirroring this novelty, eternalizing itself as a true snapshot of a social process that is still present today. I will discuss British literary critic Ian Watt's treatment of the relationship between individualism and the novel, seeking to understand a little more about the origin and popularization of this new type of subject typical of modernity. We will see how this relationship reflects a close connection between the literature and philosophy of an era; if not a causal relationship, at least as two effects of the spread of an idea in the minds of a period.

KEYWORDS: Novel. Philosophy and Literature. Individualism. Watt. Defoe.

INTRODUÇÃO

O estudo de longos processos de transformação social faz parte da literatura filosófica, além de estar presente na sociologia desde sua “pré-história”. Um desses estudos é o da formação dos tipos de indivíduos numa determinada época, em uma determinada sociedade. Esse estudo vem ganhando força com o crescente deslocamento do foco das grandes estruturas para os indivíduos enquanto reflexos delas, defendido, dentre outros, pelo sociólogo peruano Danilo Martuccelli e sua *Sociologia do Indivíduo*. A partir desse deslocamento, novas leituras de clássicos do pensamento social podem ser feitas, partindo especialmente de uma análise filosófica da influência das ideias em mudanças culturais e buscando pistas para entendermos os processos de formação de indivíduos e do sujeito moderno. E se há uma peculiaridade entre o indivíduo moderno em relação ao antigo é sua pretensa maior autonomia e independência do conjunto da sociedade; em outras palavras, seu *individualismo*. A literatura é rica no que concerne a nos fornecer retratos dos processos sociais em andamento, sendo quase um molde perfeito no qual se imprimem os valores de uma época. Tão rica fonte de informações encontramos na obra do crítico literário inglês Ian Watt que publicou, em 1957, uma excelente obra sobre a origem do romance – *The Rise of the Novel: Studies in Defoe, Richardson and Fielding* –, relacionando esta origem diretamente com o crescente individualismo na Europa, em particular na sua Inglaterra, de onde vêm os autores “pais” da nova literatura.

O pressuposto da sua tese é que a aparição dos três primeiros romancistas – Daniel Defoe, Samuel Richardson e Henry Fielding – na Inglaterra, em uma mesma geração, não foi um mero acidente. Eles não teriam criado a nova forma literária do nada, mas deve ter havido condições para tal. É preciso, antes de proceder a essas condições, identificar em que consiste um “romance”, para diferenciá-lo de outros estilos anteriores e enxergar o que há de comum entre seus autores. A primeira dessas identificações está intimamente ligada a uma mudança epistemológica ocorrida na Idade Moderna: a mudança semântica do termo *realismo*. Na Idade Média, realismo significava a defesa da realidade dos *universais*: “os universais são os gêneros e as espécies e opõem-se aos indivíduos” (Marías, 1978, p. 144). Os realistas extremos consideravam os universais coisas, realidades próprias anteriores às coisas individuais. Os realistas moderados, cujo principal representante é Santo Tomás de Aquino, seguindo Aristóteles, acreditavam que “o indivíduo é a verdadeira realidade, mas é indivíduo *de uma espécie*, e dela se obtém por individuação” (Idem, p. 145, grifo do autor). Ou seja, não é coisa,

mas está na coisa; é real, mas não é realidade separada. Aos realistas, se opunham os nominalistas que afirmavam serem os indivíduos a única realidade e os universais puras abstrações, simples nomes.

Com a virada epistemológica na direção do *sujeito*, promovida principalmente por René Descartes e representada por uma busca individual da verdade livre e afastada da tradição, houve uma separação radical entre a mente individual e a realidade empírica. Os extremos ficavam entre a mente como realidade absoluta, como proposto pelo idealismo de George Berkeley, e o mundo exterior como fonte única do conhecimento, representado pelo empirismo de *tábula rasa* de John Locke. A partir daí, o termo realismo passou a designar esses empiristas que acreditavam vir do mundo exterior todo conhecimento possível da realidade e seus objetos como coisas reais, não projeções mentais. Indicava, assim, a primazia da realidade do mundo externo e a rejeição dos universais. Esse novo sentido do termo realismo se propagou rapidamente, principalmente por ser mais compreensível ao senso comum: realista – neste sentido – por natureza. O mesmo temperamento anti-tradicional e a ênfase na experiência do particular influenciaram a literatura. Nas artes em geral, o termo realismo foi utilizado pela primeira vez apenas em 1835 como descrição da expressão da “verdade humana” na obra de Rembrandt (Watt, 1957). Essa ideia de verdade e a consequente questão epistemológica, com a exigência da correspondência entre obra literária e a realidade, estão também presentes no realismo apresentado no romance: “o realismo do romance não reside no tipo de vida que apresenta, mas na forma de apresentá-lo” (Idem, p. 129).

A literatura anterior refletia tendências gerais das culturas europeias – semelhante ao estilo *românico* apontado por Georg Simmel (2007). Esse estilo, na literatura, se baseava na história e em fábulas, modelos já testados e aceitos. Por outro lado, o romance visa o novo, o original, a experiência individual única: “a pobreza das convenções formais do romance parece ser o preço a pagar por seu realismo. Mas a ausência de convenções formais no romance é desimportante comparada a sua rejeição a enredos tradicionais” (Watt, 1957, p. 174). A premissa e a visão de mundo sobre a qual se baseava a literatura anterior ao romance é de que a natureza é completa e imutável; por isso, qualquer registro anterior de sua manifestação tem valor universal e eterno. Desde o Renascimento, no entanto, havia uma tendência em substituir a tradição coletiva por experiências individuais. Já a tendência em favor da originalidade se mostrou forte na Inglaterra no século XVIII, com a mudança semântica da palavra “original”. Até aquele século, original significava algo de existência primeira que dava origem a uma nova

série causal. A partir de então, passou a significar qualquer coisa única, independentemente do restante. Essa originalidade já estava em Daniel Defoe, o que passou a subordinar o enredo não mais à tradição histórico-literária, mas a um estilo de certa maneira autobiográfico, numa mudança epistemológica semelhante ao cogito cartesiano. Além dessa nova narrativa na forma de uma autobiografia fictícia,

o enredo tinha de ser encenado por pessoas particulares e em circunstâncias particulares, ao invés de, como tinha sido comum no passado, tipos humanos gerais sob um background determinado primeiramente pela convenção literária apropriada. Esta mudança literária foi análoga à rejeição dos universais e a ênfase nos particulares que caracteriza o realismo filosófico (Watt, 1957, p. 204).

I

Desde a antiguidade, na filosofia, dever-se-ia passar do fluxo de sensações particulares aos universais, verdadeira realidade imutável. A partir do século XVIII essa tendência, como vimos, se inverteu. Na filosofia e na literatura, ambas as novas tendências permaneceram marginais ainda por algum tempo, mesmo depois do século XVIII, como se vê nos escritos influentes do 3.º Conde de Shaftesbury em defesa da *estética* tradicional – comparando a nova literatura a retratistas e historiadores que focam apenas naquilo que é singular (Shaftesbury, 2001): “[Richardson] e Defoe, na verdade, não estavam nem aí para o desprezo de Shaftesbury e, como Rembrandt, estavam contentes em serem ‘meros retratistas e historiadores’” (Watt, 1957, p. 243). Falando em Rembrandt, é interessante notar como, de acordo com os escritos de Ian Watt, havia mesmo na época dos primeiros romancistas frequentes comparações entre eles e o pintor holandês. Isso é mais um reflexo dos aspectos das técnicas narrativas do romance que expressam a relação com a particularidade dos realistas. Entre esses aspectos, estão a individualização das personagens e a apresentação detalhada do ambiente em que viviam. A maior atenção ao indivíduo particular em comparação com o que se via anteriormente é um claro paralelo entre a filosofia e a literatura do início da Idade Moderna. No romance, o uso de nomes próprios é um dos seus maiores reflexos. Na literatura clássica, os nomes costumavam ser o de figuras históricas ou nomes que designavam um tipo humano geral, geralmente sem sobrenomes. Colocava-se a personagem no contexto mais amplo formado pela tradição. Já no romance, os nomes visavam dar a ideia de que as figuras apresentadas poderiam ser pessoas reais particulares. Há evidências de Henry Fielding copiando nomes diretamente de uma lista

de endereços da época (Watt, 1957). Essa localização espaço-temporal indica que “as personagens do romance só podem ser individualizadas se são postas num background de tempo e espaço particularizados” (Idem, p. 312).

Essa necessidade de individualização das personagens também tem reflexos no papel da memória – ou seja, do passado – e da autoconsciência como definição da identidade pessoal. A vida das personagens dos romances se dá através do tempo, diferente da literatura anterior que mostrava suas vidas através dos valores da sua cultura encarnados em personagens típicos. Para estes últimos as histórias eram atemporais, refletindo verdades morais imutáveis. No romance, há um aumento do papel do passado e, portanto, uma maior ligação causal desse passado no presente apresentado na história. Esse elemento dá ao romance uma maior coesão aos olhos do leitor, diferente da exigência de uma imaginação que deveria preencher as lacunas nos enredos antigos para fornecer um maior grau de coerência. O desprezo dos antigos pelo fluxo do tempo tem relação, como vimos, com uma concepção de mundo na qual a verdade está no imutável. Por outro lado, um segundo ponto que contribuiu para esse desprezo diz respeito à relação dos antigos com a morte e a crença na realidade eterna após a passagem por este mundo. A importância da morte vai diminuindo com o desenvolvimento de técnicas de prolongamento da vida e de aumento de sua qualidade, além da diminuição do poder das instituições religiosas após a Era Moderna. Como uma amostra dessa mudança de pensamento, da preocupação com o transcendente para um foco no imanente, “temos a impressão [nos romances de Daniel Defoe] da identidade pessoal subsistindo através da duração e, além disso, mudando pelo fluxo das experiências” (Idem, p. 360). Defoe, segundo Ian Watt, também parece ter sido o primeiro a visualizar sua narrativa num ambiente físico real. Ainda, segundo o crítico literário inglês, “as várias características técnicas do romance descritas acima parecem contribuir para o fomento de um propósito que o romancista compartilha com o filósofo - a produção do que pretende ser um relato autêntico da experiência real dos indivíduos” (Idem, p. 415).

Houve, como vimos, uma virada semântica no significado filosófico do realismo – da realidade dos universais para a realidade da experiência individual. Uma consequência disso é que o “novo” realismo quase se tornou o seu rival medieval – o nominalismo – ao dar uma importância maior ao sentido das palavras, à correspondência entre essas palavras e as coisas que descreviam. Como a virada semântica do realismo, essa preocupação com a correspondência entre descrição e realidade também foi mimetizada na literatura. Entre os autores anteriores à Era Moderna havia uma preocupação em embelezar seus escritos através

da retórica, com um forte uso de figuras de linguagens para adornar a estória. A linguagem era vista, muitas vezes, como mais do que um puro adereço, se tornando um fim em si mesmo ao invés de simples referência à coisa apresentada. Nas palavras de Ian Watt,

A presunção implícita de escritores educados e críticos era que a habilidade de um autor era demonstrada não com a proximidade com a qual fazia suas palavras corresponderem aos seus objetos, mas na sensibilidade literária com a qual seu estilo refletia o decoro linguístico apropriado ao seu tema (1957, p. 438).

Já a tendência moderna ia contra a imagética e a favor de uma prosa clara e fácil. Naturalmente, essa tendência não alcançou todos os países na mesma velocidade. A ficção francesa, nos escreve Watt (1957), só se separa da tradição no romantismo quando esta escrita, preocupada com a beleza de sua linguagem, passa a ser considerada “muito estilizada para ser autêntica” (Idem, p. 461). A definição do papel da linguagem em um dos autores pais do novo “realismo” filosófico mostra bem essa nova tendência. Para John Locke, o uso próprio da linguagem, um dos seus fins, seria “transmitir o conhecimento de coisas” (1999, p. 494).

Parece, portanto, que a função da linguagem é muito mais referencial no romance que em outras formas literárias; que o gênero ele mesmo trabalha com apresentações exaustivas ao invés de concentração elegante. Esse fato explicaria, sem dúvida, tanto porque o romance é o mais traduzido dos gêneros; porque tantos inquestionáveis grandes romancistas, de Richardson e Balzac a Hardy e Dostoievski, frequentemente escrevem de forma descuidada, e às vezes com total vulgaridade; e porque o romance tem menos necessidade de comentários históricos e literários que outros gêneros - sua convenção formal o força a prover suas próprias notas de rodapé (Watt, 1957, p. 468).

II

A relação da filosofia com a literatura, tão frequentemente apontada por Ian Watt não é, no entanto, para ele, uma conexão necessariamente causal. É, antes, a manifestação paralela de uma mudança mais ampla na sociedade pós-medieval: do universal aos particulares. Tanto o novo realismo quanto o novo modo narrativo do romance – chamado por Watt (1957) de “realismo formal” – se assemelham ao comportamento de um júri. Buscam uma visão circunstancial da vida, ao invés de valores eternos e imutáveis. A premissa implícita no realismo formal é de que “o romance é um relato completo e autêntico da experiência humana” (Idem, p. 492). É, entretanto, uma convenção, um procedimento, não necessariamente mais verdadeiro que outros. A vantagem mais evidente, e que se subentende de muito do que já foi dito aqui, é uma demanda menor da audiência fundamentalmente por ser uma “imitação mais imediata da

experiência humana” (Watt, 1957, p. 507), mas também pela já referida mudança no tipo de linguagem. Por essas e outras razões, as mudanças no público leitor possuem relação direta com a emergência e a longevidade do romance. Antes da Era Moderna, a literatura era extremamente restrita a poucos. Apesar de, no surgimento do romance, o público ainda ser pequeno em comparação com os dias de hoje, já se observava um relevante crescimento. A primeira e mais óbvia restrição também explica esse aumento. O analfabetismo e as condições materiais começaram a diminuir e aumentar, respectivamente, com a transição da economia feudal para a mercantilista que anunciaria a emergência da economia capitalista. Outro dado relevante ligado a isso era a predileção particular das mulheres à nova literatura. Isso teria sido fruto do aumento no tempo livre entre elas, consequência da transferência de grande parte do que era antes trabalho doméstico para uma produção em massa que podia ser comprada nos mercados. Essa leitura por prazer exigia, ademais, uma leitura mais fácil e rápida do que aquela restrita a eruditos: “esse novo balanço de poder literário, portanto, provavelmente tendeu a favorecer a facilidade da distração ao custo da obediência a padrões críticos tradicionais” (Idem, p. 859).

A mercantilização da literatura também começa a ser observada junto ao surgimento do romance. O declínio do patrocínio da nobreza – ao mesmo tempo financiadora e leitora – fez com que esta classe fosse substituída pelos editores como intermediários entre o autor e seu público. O poder e o monopólio dos canais de opinião passavam agora para as mãos dos “livreiros” [*booksellers*], como eram chamados então os editores (Watt, 1957). O próprio Daniel Defoe, em 1725, afirmava que “a escrita... se tornou um ramo bem considerável do comércio inglês” (*apud* Watt, 1957, p. 936). Assim como os filósofos, os editores não necessariamente condicionaram o surgimento do romance. No entanto, os livreiros contribuíram para a gênese desse novo estilo literário ao libertar os escritores dos patronos e, consequentemente, da tradição literária clássica preferida por eles. O novo mercado exigia, por outro lado, maior rapidez na publicação, diminuindo o rigor na escrita e aumentando o volume de obras. Isso fez com que mais uma mudança na linguagem se somasse àquela que rejeitava a retórica em favor da descrição fiel dos fatos. A poesia foi começando a ser deixada de lado em favor da prosa. Além de ser mais difícil apresentar tantos detalhes sobre a vida das personagens e as características do seu entorno através da poesia, como passou a ser exigido com o romance, esse estilo ainda demandava muito mais tempo dos autores para sua produção. A apresentação do objeto “natural” foi, então, paulatinamente eliminando os traços de erudição na literatura. Essa menor exigência de erudição e a literatura tornada mercadoria refletiam e

retroalimentavam um maior poder das classes médias. Não apenas os leitores passavam a vir em sua maioria dessa classe, mas também os seus autores, como o provam Defoe e Richardson. Eles não apenas faziam parte da classe média como recebiam diretamente a influência dos seus pares.

III

Os estudos de Ian Watt sobre o romance são de extrema relevância para entendermos como uma mudança na vida social em um determinado lugar e em uma determinada época se refletem diretamente na arte produzida – no caso, em particular, na literatura. O que o trabalho de Watt nos mostra são os efeitos de um novo processo de *individuação*¹ no qual o indivíduo – considerado agora como autônomo e independente – passa a ser o centro da vida social. Já em 1957, o crítico literário inglês notou algo que só em anos recentes a teoria social vem se debruçando com mais cuidado: a importância do tipo de indivíduo presente na sociedade. Sua análise chega a certo ponto a se assemelhar aos estudos do sociólogo francês Bernard Lahire. Segundo Lahire, não há mais hoje em dia a coerência dos hábitos que se observava nas sociedades tradicionais, facilitando a ação social na forma de uma série de comportamentos esperados preestabelecidos, pois não há mais uma coerência dos princípios de socialização. Hoje “todo corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está sujeito a princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios que incorpora” (Lahire, 2002, p. 31). Mesmo indivíduos compartilhando condições econômicas e educacionais semelhantes, os diversos contextos ao que os indivíduos estão sujeitos os tornam atores plurais: “um ator plural é, portanto, o produto da experiência - amiúde precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos” (Idem, p. 36). Esse ator plural, ainda que em um grau muito menor do que temos hoje em dia, também contribuiu para a emergência do romance, como podemos entender por estas palavras de Watt:

A preocupação séria do romance com a vida diária de pessoas comuns parece depender de duas condições gerais: a sociedade deve valorizar cada indivíduo altamente o suficiente para o considerar tema próprio da sua literatura; e deve haver uma variedade suficiente de crença e ação entre as pessoas comuns para um relato detalhado deles ser de interesse para outras pessoas comuns, os leitores de romance.

¹ Segundo o sociólogo peruano Danilo Martuccelli “a individuação designa [...] o estudo do tipo de indivíduo que se produz estruturalmente numa sociedade através de toda uma série plural de fatores” (2010, p. 97).

É provável que nenhuma dessas condições para a existência do romance foram obtidas muito amplamente até recentemente, pois ambas dependem da ascensão de uma sociedade caracterizada por aquele vasto complexo de fatores interdependentes denotados pelo termo “individualismo” (1957, p. 1159).

A concepção de individualismo de Watt está ligada diretamente à ideia da independência e autonomia dos indivíduos frente ao seu meio social. Naturalmente, esta independência e autonomia se manifestam em graus na realidade, sendo puras somente por abstração. Dessa forma, o autor inglês pôde imaginar, como Georg Simmel e diferente de outras concepções do indivíduo,² que em todas as épocas e sociedades pessoas têm sido individualistas no sentido proposto por ele. No entanto, o individualismo propriamente moderno, que está ligado à origem do romance, se manifesta por escolhas mais amplas e em uma ideologia baseada na autonomia individual, ao invés de basear-se na tradição do passado. Historicamente, esse individualismo está diretamente relacionado ao surgimento do puritanismo³ e do capitalismo. Na Inglaterra, o ponto nodal desse novo alinhamento político, econômico e espiritual é representado pela Revolução Gloriosa que depôs o rei católico James II. Após essa revolução, segundo Watt (1957), foi dado um maior poder às classes industriais e comerciais nas Ilhas Britânicas. Como vimos, a ascensão da classe média está diretamente ligada ao aumento do público leitor, agora eminentemente urbano, e à literatura como negócio. Todas essas mudanças sociais operaram mudanças radicais na mentalidade do povo Europeu: “tanto nas esferas literárias, nas filosóficas e nas sociais o foco clássico no ideal, no universal e no corporativo mudou completamente, e o campo moderno de visão é ocupado principalmente pelo particular discreto, pelo dado diretamente apreendido e pelo indivíduo autônomo” (Watt, 1957, p. 1203).

Robinson Crusoe, de Daniel Defoe, representa o marco e se tornou um mito desse novo indivíduo. Ele é praticamente a definição do *Homo aeconomicus* sempre em busca de ganhos, preocupado com dinheiro e excelente contador. Outra característica que aparece em *Crusoe*, assim como em outros personagens de Defoe, e que expõe as mudanças da época, é a substituição da confiança afiançada por laços sociais mais estreitos, por contratos firmados por ambas as partes. A primazia de valores econômicos é notada até nos julgamentos interpessoais e internacionais de *Crusoe*. Ele julga pessoas e países a partir de um critério de produtividade. O lucro permanece a principal motivação e até mesmo a vocação de *Robinson Crusoe*, bem

² Ver Danilo Martuccelli, 2010.

³ Tese compartilhada por Louis Dumont (1991).

diferente dos heróis viajantes clássicos cujo paradigma é Ulisses retornando a Ítaca. O racionalismo se manifesta tão fortemente na personagem de Defoe que o sexo e o amor romântico aparecem quase unicamente como empecilhos e distrações à racionalidade economicista, visando ganhos materiais.

IV

A divisão do trabalho foi primeiramente ligada ao individualismo por Georg Simmel. De acordo com o sociólogo alemão (Simmel, 1950), na medida que se expande, a metrópole oferece mais condições para a divisão do trabalho. A humanidade teria passado, assim, de uma luta pela sobrevivência com a natureza para uma batalha inter-humana por ganhos, exigindo a maior especialização entre os indivíduos. Ambos, divisão do trabalho e elaboração de um estilo de vida próprio, estão ligados principalmente ao individualismo que ele denomina qualitativo e focado na singularidade dos indivíduos, pois o processo de especialização com vistas às necessidades dos consumidores promove também diferenciação interpessoal e individualização dos traços mentais, como no exemplo da extravagância. A extravagância é um investimento das diferenças qualitativas para se sobressair a igualdade quantitativa. A ideia é mesmo ser diferente, chamar a atenção numa forma de salvação da autoestima e preenchimento de alguma posição social através do reconhecimento dos outros. A sobrevalorização do espírito objetivo frente ao espírito subjetivo gera, na modernidade, ainda segundo Simmel (1950), o paradoxo do maior conforto material manifestado pelo aumento dos utensílios tecnológicos e do conhecimento, junto com uma diminuição dos valores de uma cultura espiritual e idealista nos indivíduos.

Também na emergência do romance, esse fenômeno econômico-social exerceu influência. Segundo Watt,

[...] a divisão do trabalho fez muito para tornar o romance possível: em parte porque, quanto mais especializada a estrutura social e econômica, maior é o número de diferenças significantes de caráter, atitude e experiência na vida contemporânea que o romancista pode descrever, e que são de interesses para seus leitores (1957, p. 1363).

Outra maneira pela qual a divisão do trabalho estimulou o interesse pelo romance foi através do aumento do tédio gerado pelo trabalho especializado. Exercer apenas uma função em um determinado número de horas deixa pouco espaço para novidades na vida cotidiana.

Por isso, foi natural a busca por aventuras através dos romances. Ademais, o “mito fundador” do romance, Robynson Crusoe, era o exemplo de um homem que sozinho superou a especialização ao realizar diversos tipos de trabalhos para desenvolver a sua ilha. Ao mesmo tempo, o romance dignificava o trabalho manual em declínio entre a classe média das grandes metrópoles. Essa dignificação do trabalho manual possui também raízes no ascetismo do protestantismo calvinista: “é provável que essa secularização da concepção calvinista de administração foi de importância considerável para o surgimento do romance” (Watt, 1957, p. 1411). Tudo isso também refletia o aumento da importância da vida diária individual como tema na literatura.

Não é mero acaso, portanto, que a ascensão do romance se deu em um país protestante como a Inglaterra e, especificamente, numa figura como Daniel Defoe e sua personagem Robynson Crusoe: “o individualismo econômico explica muito do caráter de Crusoe; a especialização econômica e a ideologia associada a ela ajudam a dar conta do apelo das suas aventuras; mas é o individualismo puritano que controla seu ser espiritual” (Idem, p. 1419). Com a Reforma Protestante, a Igreja Católica deixou de ser para os dissidentes a referência nos ensinamentos da moral e dos costumes. Ainda que muitas denominações protestantes tenham pretendido tomar esse lugar, o próprio pressuposto reformador de que apenas as escrituras eram, em última instância, essa referência e que qualquer indivíduo teria a capacidade de interpretá-las fez com que o eixo pendesse para este último. Houve uma espécie de democratização da moral. O próprio João Calvino pregava que o escrutínio interior da pessoa era uma evidência da eleição divina. A consciência moral cada vez mais se internalizou. A popularização dos diários e a abundância de autobiografias e autoanálises eram evidências dessa egocentricidade. O romance traz esse ser moral interior à tona, se inspirando nessas memórias autobiográficas. Além disso, Daniel Defoe teve uma criação puritana e Robynson Crusoe apresenta diversas características do puritanismo, como uma “bibliolatria” – busca diversas vezes nas escrituras orientações até mesmo mundanas –, um certo rigor moral e um autoexame religioso. Foi, assim, o primeiro herói com a vida mental diária compartilhada com os leitores.

Além da autoconsciência como juíza última, a democratização da moral operada pelo protestantismo também defende a igual chance de todas as almas de, a princípio, serem as escolhidas para a salvação. Isso quer dizer que aquele mais virtuoso não teria necessariamente mais chance de estar entre os eleitos que o menos virtuoso. Isso vai de encontro à tradicional hierarquia dos valores entre os antigos. Na literatura, isso representou a substituição da busca

pela glória e pela honra dos antigos heróis, uma busca para ser o mais virtuoso, pela vivência diária meritória mais próxima da vivência dos próprios leitores. Houve aí também efeitos na divisão mesma dos gêneros literários, como eram conhecidos anteriormente. Na teoria clássica dos gêneros, a tragédia exibia os heróis como melhores que nós, os comuns; já a comédia retratava a realidade diária, geralmente de pessoas inferiores até mesmo ao comum. A literatura cristã católica já havia eliminado essa divisão de estilos, através da sublimação das pessoas humildes, como nos exemplos das vidas dos santos e da *Divina Comédia*. Os assuntos ordinários, no entanto, foram banidos com o neoclassicismo da Renascença. Essas divisões de gêneros literários – tanto a antiga quanto a cristã –, entretanto, não chegaram com muita força nos países protestantes e, particularmente, na Inglaterra, segundo Watt (1957). Todavia, autores puritanos antes de Defoe, ainda que possuíssem estilo próximo ao romance, continuavam a conectar mais diretamente as ações dos indivíduos ao plano superior divino. O elemento que pode explicar a novidade do autor de *Moll Flanders* é o nascente secularismo.

Karl Marx já falava das orações que Robinson Crusoe fazia como mera recreação, não como verdadeira fé. Como meros rituais, “tributos periódicos ao transcendente” (Watt, 1957, p. 1540). Certa impotência da religião nos escritos de Defoe reflete a secularização característica do seu tempo. Entre os fundamentos dessa secularização estão causas comuns ao surgimento do romance, tais como o progresso econômico e social das pessoas. Uma característica disso é certa falha em ver uma oposição entre valores materiais e valores espirituais, diferente do que havia com a hegemonia católica. Ian Watt acredita que o autor de Robinson Crusoe não era assim completamente secular, pois “a importância de Defoe para a história do romance está diretamente conectada com a forma pela qual sua estrutura narrativa encarna a luta entre o puritanismo e a tendência à secularização, que estava enraizada no progresso material” (Idem, p. 1588). Ainda assim, sua obra é dominada pelo ponto de vista secular e econômico reinante na sua época. O empirismo filosófico já citado também tem algo em comum com a nova literatura nesse ponto ao excluir o “não-natural”, significando aquilo que não é confirmado pelos sentidos, de qualquer consideração sobre o real. A secularização tem também grande papel na importância dada ao protagonismo individual, pois, como dizia Georg Lukacs, o romance “é o épico de um mundo esquecido por Deus” (*apud* Watt, 1957, p. 1596). Tudo isso significava que “o reino espiritual deveria ser apresentado apenas através das experiências subjetivas dos personagens” (Ibidem). A secularização é, assim, um elemento de importância equivalente ao individualismo para a ascensão do romance, posto que “o romance

requer uma visão de mundo que é centrada nas relações sociais entre pessoas individuais; e isso envolve secularização tanto quanto individualismo, pois até o final do século XVII o indivíduo não era concebido como completamente autônomo” (Watt, 1957, p. 1604).

V

Daniel Defoe e outros romancistas, de acordo com Watt (1957), herdaram mais esta visão de mundo secularizada e individualista que a religiosidade puritana. Isso faz de Robinson Crusoe comparável aos grandes mitos da civilização ocidental, os quais para Watt são Fausto, Dom Juan e Dom Quixote, sobre quem o crítico literário inglês escreveu uma obra posterior, na década de 1990, chamada *Myths of Modern Individualism* (Watt, 1996). Cada um desses teóricos apresenta habilidades e vícios considerados importantes na nossa cultura. Ademais, esses três mitos da Renascença – Fausto, Dom Juan e Dom Quixote – se encaixam bem na definição de individualismo do dicionário Oxford e “adotam uma postura de *ego contra mundum*” (Watt, 1996, p. 122). Os quatro, incluindo Crusoe, são viajantes que deixaram o lar originário. Isso difere dos mitos clássicos muito vinculados às suas origens, tanto que deixar o lar era considerado punição, como no caso de Caim após matar Abel. Crusoe seria um herói estranho para Aristóteles e seus contemporâneos, por exemplo. Os mitos individualistas são nômades solitários, sem família como referência. Sua realidade está na estrada. Outra característica comum a esses mitos é que possuem sua única relação mais próxima e ligação afetiva mais forte com um servo homem. O fato de ter sempre um servil auxilia no contato com o mundo, mas ainda assim numa postura dominante. A posição de mito do individualismo de Robinson Crusoe, que é o que nos importa mais aqui neste trabalho, foi reforçada, entre outros, por Jean-Jacques Rousseau na sua obra *Émile*. Crusoe concretiza todos os ideais de liberdade da modernidade. É um egocentrismo que leva à solidão, mas uma solidão sobre a qual a personagem consegue se virar sozinha. De fato, como escreve Walter Benjamin, “a matriz do romance é o indivíduo em sua solidão” (1987, p. 54).

Defoe claramente desconsidera os malefícios que Robinson Crusoe sofreria se fosse real, como consequência de sua postura egocêntrica e sua situação de isolamento. Nos relatos de naufragos que basearam a personagem, as vítimas reais geralmente enlouquecem e até mesmo se animalizam. A ilusão de um isolamento idílico, em Crusoe, cativou os leitores solitários cada vez mais comuns, todos fomentados pelo crescente individualismo. Na vida

pessoal, no entanto, Defoe reconhecia os malefícios deste estado de coisas. A solidão e o isolamento presentes nas obras do romancista inglês também contêm elementos autobiográficos. Ele, entusiasta da nova ordem econômica e social, expôs nos seus escritos pessoais o isolamento como seu lado negativo, como farão alguns pais da sociologia quase dois séculos depois. Nesses escritos sobre a solidão, o autor de *Robinson Crusoe* chega a se assemelhar à descrição weberiana sobre os efeitos do calvinismo, de acordo com Watt (1957), uma situação de solidão espiritual sem monastério a recorrer. Portanto, o mito Crusoe serviu não apenas para fomentar o individualismo crescente, mas também gerou reações que serviram como alerta a seus efeitos perversos e até para uma autoconsciência social fundamental para o surgimento da sociologia como ciência da sociedade. Nas palavras de Watt,

Robinson Crusoe, portanto, apresenta uma imagem de alerta das últimas consequências do individualismo absoluto. Mas esta tendência, como todas as tendências extremas, logo provocou reações. Assim que a solidão do homem foi forçada à atenção da humanidade, a natureza próxima e complexa da dependência do indivíduo na sociedade, que havia sido assumida como dada até ser desafiada pelo individualismo, começou a receber análises muito mais detalhadas. A natureza essencialmente social no homem, por exemplo, tornou-se um dos principais tópicos dos filósofos do século XVIII (Watt, 1957, p. 1736).

CONCLUSÃO

Houve, portanto, graças em grande parte à ascensão do romance, um renascimento do reconhecimento da natureza social do indivíduo. O “divórcio” entre indivíduo e sociedade, operado pelo individualismo, teve como efeito não apenas endear o individual, mas colocar em evidência os mecanismos mesmos que tornam o indivíduo possível, e os quais ele deverá tanto lutar para se afirmar como único quanto fazer uso deles para sua própria sobrevivência. Nesse sentido, pode-se dizer que o individualismo nos fez enxergar melhor *o social*.

Da mesma forma que a sociedade apenas começou quando o individualismo focou sua atenção na aparente desconexão do homem dos seus pares, também o romance só pôde iniciar seu estudo dos relacionamentos pessoais uma vez que *Robinson Crusoe* revelou a solidão que gritava alto por eles. [...] os termos tanto do problema do romance quanto do pensamento moderno foram estabelecidos quando a velha ordem dos relacionamentos morais e sociais foi naufragada, com Robinson Crusoe, pela maré enchente do individualismo (Watt, 1957, pp. 1744-1752).

Os estudos de Ian Watt sobre o romance são de extrema relevância para entendermos como uma mudança na vida social, em um determinado lugar e em uma determinada época, se

reflete diretamente na arte produzida – no caso em particular, na literatura, e sua relação com a filosofia corrente. O que os trabalhos do autor inglês nos mostram são os efeitos de um novo processo de *individuação* no qual o indivíduo – considerado agora como autônomo e independente – passa a ser o centro da vida social. Se a virada subjetiva marca o início de uma nova forma de pensamento, seus reflexos na nova forma de literatura refletida no romance expõem sua popularização e difusão, particularmente na forma de um individualismo, primeiro nas sociedades do norte da Europa, onde o nominalismo⁴ já havia fincado raízes e, posteriormente, no restante do mundo ocidental, graças aos avanços tecnológicos que marcam, no âmbito material, as mudanças trazidas com a modernidade. Alguns sociólogos, como Niklas Luhmann (1994), já destacaram o papel disseminador de mudanças sociais exercido pela literatura. As obras de Watt merecem estar entre as referências de como se dá esse processo, expondo, entre outras coisas, a estreita relação entre a filosofia e a literatura.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme: Une perspective anthropologique sur l'ideologie moderne*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

LAHIRE, Bernard. *O Homem Plural*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. State College: The Pennsylvania State University, 1999.

LUHMANN, Niklas. *Liebe als Passion: zur Codierung von Intimität*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 1124, 1994.

MARÍAS, Julián. *História da Filosofia*. 7ª edição. Porto: Edições Sousa & Almeida, Limitada, 1978.

MARTUCCELLI, Danilo. *¿Existen Individuos en el Sur?* Santiago: Lom Ediciones, 2010.

⁴ “O nominalismo, que concede realidade aos indivíduos e não às relações, aos elementos e não aos conjuntos é muito forte entre nós. Ao fim e ao cabo, não é nada além de um outro nome do individualismo” (Dumont, 1991, p. 23).

SHAFTESBURY, Anthony. Third Earl of. *Characteristics of Men, Manners, Opinions, Times*. Indianapolis: Liberty fund, 2001.

SIMMEL, Georg. Germanic and Classical Romanic Style. *Theory, Culture & Society*, Vol. 24 (7-8), 47-52, 2007.

_____. The Metropolis and Mental Life. Kurt Wolff (ed.). *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1950.

WATT, Ian. *Myths of Modern Individualism: Faust, Don Quixote, Don Juan, Robinson Crusoe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *The Rise of the Novel: Studies in Defoe, Richardson and Fielding*. Berkeley: University of California Press, 1957.

I – INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

Doutor em Sociologia e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. *Visiting Fellow* de 2018 na *Bielefeld Graduate School in History and Sociology* (BGHS), Universidade de Bielefeld, Alemanha. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (2008), tendo passado um ano do curso (2006/2007) na Universidade de Hamburgo, Alemanha, através do convênio UNIBRAL (CAPES/DAAD). Possui também Especialização em Filosofia Contemporânea (2012) e Formação Pedagógica em Filosofia (2021), ambas pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e da Rede Estadual de Alagoas. E-mail: rodrigomoin@gmail.com

II – INFORMAÇÕES SOBRE O ARTIGO

Recebido em: 13 de maio de 2024

Aprovado em: 26 de maio de 2024

Publicado em: 26 de junho de 2024